



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

A territorialidade camponesa-ribeirinha frente ao modo de produção capitalista em um afluente do rio Juruá, Ipixuna-AM

José Augusto Lopes de Andrade¹

Resumo

Este estudo analisa a territorialidade camponesa-ribeirinha na comunidade Santa Catarina, em Ipixuna-AM, frente às transformações e espoliações geradas pela lógica de produção capitalista. O problema central reside na expropriação territorial e na exploração do trabalho camponês por atravessadores na venda do excedente da produção. Metodologicamente, fundamenta-se no método histórico-crítico e dialético, com abordagem qualitativa apoiada em revisão bibliográfica, pesquisa de campo, entrevistas. Os resultados evidenciam as contradições da monopolização do território pelo capital e a forte dependência comercial dos ribeirinhos na venda do pescado e da farinha. Conclui-se que essa dinâmica exige a formulação de políticas públicas efetivas voltadas à melhoria da qualidade de vida e do trabalho, mitigando os impactos da espoliação na Amazônia.

Palavras chave: Territorialidade Camponesa; Comunidade Ribeirinha; Amazônia; Modo de produção capitalista.

Peasant-riverside territoriality in the face of the capitalist mode of production in a tributary of the Juruá river, Ipixuna-AM

Abstract

This study analyzes peasant-riverside (*camponesa-ribeirinha*) territoriality in the Santa Catarina community, in Ipixuna-AM, facing the transformations and spoliation generated by the logic of capitalist production. The central problem lies in territorial expropriation and the exploitation of peasant labor by middlemen in the sale of surplus production. Methodologically, it is based on the historical-critical and dialectical method, using a qualitative approach supported by a literature review, field research, and interviews. The results highlight the contradictions of the monopolization of territory by capital and the strong commercial dependence of riverside dwellers on the sale of fish and cassava flour. It concludes that this dynamic demands the formulation of effective public policies aimed at improving the quality of life and work, mitigating the impacts of spoliation in the Amazon.

Keywords: Peasant Territoriality; Riverine Community; Amazon; Capitalist mode of production.

¹ Licenciatura em Geografia, Especialista em Metodologias e Práticas Pedagógicas no Ensino de Geografia, Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Manaus-Amazonas, augustoandrade843@gmail.com

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

Introdução

A região amazônica abriga uma pluralidade de modos de vida que se estruturam a partir da intrínseca relação entre as populações tradicionais e a dinâmica da natureza. Historicamente, o campesinato ribeirinho na Amazônia configurava-se como uma prática comunitária voltada essencialmente para a subsistência, garantindo a reprodução social e a obtenção de alimentos por meio do extrativismo pesqueiro e da agricultura de várzea.

No entanto, na atualidade, essa população camponesa-ribeirinha encontra-se profundamente envolvida e impactada pela lógica capitalista de produção. Esse processo impõe dinâmicas severas de espoliação e monopolização de seus territórios tradicionais, transformando espaços de vida em espaços de negócios. Diante disso, a territorialidade camponesa, compreendida como a delimitação espacial indispensável para a reprodução social desses sujeitos, vem sendo expropriada, forçando as comunidades locais a enfrentarem complexas formas de (re)existência e resistência perante os desafios de viverem subordinadas às expertises e aos interesses dos grupos detentores do capital (Cruz, 2007; Costa, 2019).

Para compreender essa dinâmica, faz-se necessário resgatar a própria identidade desse sujeito social. De acordo com Fraxe (2000), o camponês-ribeirinho configura-se como uma população de uma dada classe social que desenvolveu uma prática de vida própria, estruturando seu trabalho, subsistência e renda nos ecossistemas de várzea. Esses indivíduos vivem em constante interação com o rio, o solo e a floresta, caracterizando um grupo social que provê suas necessidades fundamentais a partir do que obtém diretamente da natureza. Esse cenário qualifica uma territorialidade onde a vida e o trabalho são marcadamente agroextrativistas, agroecológicos e diversificados, atendendo tanto ao sustento familiar quanto ao abastecimento dos mercados locais e regionais nas margens dos rios amazônicos.

Ademais, Marques (2008) corrobora essa conceitualização ao asseverar que o campesinato se trata de uma classe social e não apenas de um setor secundário da economia. O autor enfatiza que esses sujeitos possuem uma forma de organização da produção e um modo de vida muito específicos, articulados ao espaço geográfico e a uma territorialidade em constante interação com a natureza, extraindo da terra o seu sustento.

Todavia, as transformações espaciais recentes tensionam a autonomia dessas comunidades. Embora o trabalhador camponês não paute sua atividade visando à acumulação de capital, ele necessita de recursos financeiros e inserção monetária para garantir sua sobrevivência na sociedade contemporânea. É nessa brecha que o capital se apropria da terra camponesa, convertendo-a em terra de negócio e de exploração do trabalho alheio.

Cruz (2007) assevera que esta territorialidade do campesinato, que no passado era voltada estritamente para a subsistência, hoje está imbuída na lógica de produção capitalista, cenário no qual comerciantes e intermediários transformam os camponeses em uma espécie de proletários disfarçados. Esses agentes monopolizam o território e obtêm lucros vultosos em detrimento do esforço produtivo camponês, forçando a criação de estratégias de resistência para que as famílias consigam viver dignamente em suas espacialidades. Assim, a prática territorial camponesa-ribeirinha na Amazônia profunda

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

significa uma forma de reprodução social na terra, no território e na natureza que resulta em estratégias de re-existências indispensáveis para contrapor-se à lógica expansionista e excludente do capital (Cruz, 2007; Nascimento, 2016; Neves, 2020).

A problematização deste cenário se adensa ao observarmos as especificidades das cadeias produtivas locais. Considerando que a pesca, a agricultura familiar e a produção da farinha de mandioca constituem as principais atividades econômicas dos camponeses-ribeirinhos da Amazônia, sendo a base da geração de renda familiar por meio do agroextrativismo, torna-se urgente discutir e visibilizar essas realidades. São relações contraditórias, perversas e espoliadoras que usurpam o esforço de trabalho, o tempo e a qualidade de vida da população tradicional, retendo o lucro que deveria pertencer legitimamente aos camponeses caso as negociações fossem pautadas pela justiça comercial.

Torna-se imprescindível compreender o processo histórico de formação desse campesinato desde os tempos áureos da borracha, entendendo os modos de vida construídos nas barrancas dos rios. Diante do exposto, o problema central que norteia esta pesquisa pode ser sintetizado na seguinte questão: Qual a relação da territorialidade da população camponesa-ribeirinha da comunidade Santa Catarina, situada em um afluente do Rio Juruá, em Ipixuna-AM, com o modo de produção capitalista praticado em alguns municípios da região Norte do país?

A justificativa para a realização deste estudo reside na extrema relevância científica e social de analisar a origem e a formação da territorialidade camponesa-ribeirinha em uma área geográfica pouco explorada e pesquisada pelas lentes da Geografia Agrária. A comunidade Santa Catarina, uma vila de agricultores e pescadores extrativistas, funciona como a sede da região do Riozinho da Liberdade – um afluente do Rio Juruá localizado no município de Ipixuna, no Sudoeste do estado do Amazonas.

Trata-se de uma localidade longínqua, de acesso restrito, que abriga uma Amazônia profunda que, conforme aponta Nascimento (2016), caracteriza-se por espacialidades distantes dos fluxos de urbanização, situadas em meio à densa floresta e invisibilizadas pelas discussões hegemônicas. Investigar essa comunidade permite desnudar as condições exploratórias e as lógicas contraditórias do capitalismo tramadas nas negociações cotidianas, em que comerciantes e atravessadores ditam os preços, compram a produção por valores irrisórios e a revendem com altas margens de lucro nos centros urbanos de Ipixuna-AM, Cruzeiro do Sul-AC e Manaus-AM. Desse modo, o trabalho busca relevância social para mitigar a espoliação e subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas governamentais voltadas à melhoria da qualidade de vida e dignidade dessa população.

Para responder ao problema formulado e alcançar o escopo proposto, delineou-se um percurso metodológico de abordagem qualitativa, fundamentado no método Histórico-Crítico e Dialético, essencial para desvelar as contradições da realidade pesquisada. Os procedimentos técnicos incluem revisões bibliográficas aprofundadas e pesquisa de campo diretamente na comunidade Santa Catarina, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas, questionários, conversas informais e uso da técnica de observação direta.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

Como culminância desse processo investigativo, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a territorialidade camponesa-ribeirinha na comunidade de Santa Catarina, no Riozinho da Liberdade, um afluente do Rio Juruá, no município de Ipixuna-AM, e sua relação com o modo de produção capitalista. Por sua vez, os objetivos específicos são: i) Compreender a formação territorial e a territorialidade camponesa-ribeirinha na comunidade Santa Catarina, no Riozinho da Liberdade, um afluente do Rio Juruá, a partir da sazonalidade da cheia e vazante onde se desenvolve atividades pesqueiras e agricultura de várzea; ii) Conhecer a comercialização do pescado, da farinha e dos produtos extrativistas desenvolvidos pela agricultura camponesa ribeirinha que garante a renda e subsistência dos camponeses(as)-ribeirinhos(as) das comunidades de Santa Catarina; e iii) Analisar as estratégias de recriação social da população camponesa-ribeirinha, da comunidade Santa Catarina, no afluente Riozinho da Liberdade, frente a expansão do processo de monopolização do território pelo capital.

O texto do artigo está estruturado de modo a descortinar gradativamente essa realidade: inicialmente, apresenta-se este panorama introdutório e metodológico; na sequência, desenvolve-se o referencial teórico focado no campesinato e na territorialidade; seguidamente, analisam-se os resultados obtidos em campo referentes à comercialização e à sazonalidade; e, por fim, apresentam-se as considerações finais e as propostas de políticas públicas.

Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido a partir do método Histórico-Crítico e Dialético. Conforme Moraes e Costa (1984) e Spósito (2002), este método recusa a neutralidade, critica o sistema econômico e as desigualdades, e investiga as contradições e a relação homem-natureza. Na Geografia, a vertente marxista auxilia na compreensão do mundo por meio de conceitos como territorialidades, desigualdades regionais e conflito de classes.

A abordagem é qualitativa que, segundo Lakatos e Marconi (2001), volta-se ao caráter subjetivo da realidade não quantificável. O foco reside na territorialidade, modos de vida e estratégias de re-existência frente à produção e renda (extrativismo pesqueiro, agricultura de várzea e produção de farinha) dos camponeses ribeirinhos da comunidade Santa Catarina, no Riozinho da Liberdade.

O caráter da pesquisa é exploratório, o qual, de acordo com Gil (1991), visa proporcionar maior familiaridade com o problema para torná-lo explícito. Busca-se dar clareza à problemática da territorialidade camponesa-ribeirinha local a partir das práticas agroextrativistas e das lógicas de espoliação e desenvolvimento desigual e combinado.

Quanto aos procedimentos, realizou-se levantamento bibliográfico baseado em Chayanov (1974); Oliveira (1996; 1987; 2000; 2007); Cruz (1999; 2007); Fraxe (2000); Souza (2005); Fraxe, Wittkoski e Pereira (2007, 2011); Nascimento (2016); Conceição (2017, 2023); e Neves (2020); dentre outros, além de pesquisa documental para averiguar registros históricos e geográficos da comunidade.

A coleta de dados ocorreu via pesquisa de campo na comunidade Santa Catarina, utilizando entrevistas gravadas. O instrumento foi um roteiro semiestruturado

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

(questões abertas e fechadas) aplicado aos trabalhadores camponeses, visando traçar o perfil sociodemográfico e econômico, analisar a territorialidade camponesa-ribeirinha ante o capital, e compreender a sazonalidade e as estratégias de recriação social da população.

A técnica de observação direta permitiu apreender a historicidade, a realidade de vida e as atividades de subsistência locais. Especificamente, os procedimentos elucidaram a organização familiar no ciclo do plantio, da colheita, da pesca sazonal e da produção da farinha. Por fim, viabilizou-se a análise da comercialização do pescado e da farinha com comerciantes de Ipixuna-AM, Cruzeiro do Sul-AC e Manaus-AM, desvelando a logística dessas negociações.

Aspectos gerais e históricos da territorialidade camponesa-ribeirinha na Amazônia

Fraxe, Wittkoski e Pereira (2007) definem a população camponesa-ribeirinha como sociedades tradicionais que vivem em ecossistemas de várzea, organizados em comunidades compostas de uma vizinhança de agricultores(as), pescadores(as), extrativistas que vivem uma interação homem-natureza, relação direta com o solo, a floresta e o rio.

Se tratando de territorialidades Amazônicas Cruz (1999; 2007), Nascimento (2016) e Neves (2020) explicam que os camponeses e camponesas compõem uma classe social que vive, trabalha e obtém o sustento nos ecossistemas de várzea amazônicos, plantando nos solos enriquecidos por húmus; bem como praticam a pesca, a caça, o extrativismo o ano todo.

Marques (1984) por sua vez, corrobora a conceitualização que o camponês(a) ou campesinato se trata de uma classe social e não apenas um setor da economia, pois possuem uma forma de organização da produção e um modo de vida próprio, articulado ao espaço geográfico, a uma territorialidade em interação com a natureza, com a sua produção no campo, extraindo da terra o seu sustento.

Segundo Chayanov (1974) o modo de produção camponesa se destina a suprir as necessidades de subsistência, assim, há no campo uma relação Trabalho *versus* Consumo (Braços e Bocas), deste modo, o trabalho camponês é feito em unidade familiar em pequenas propriedades particulares de modo a haver cooperação entre as famílias.

Para Shanin (1980), o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos – ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida, e classifica-o como uma classe social de baixa “classicidade”, que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada aos agentes detentores do capital e se levanta em momentos de crise, resistindo quando tem sua força de trabalho e lucro espoliadas.

No que diz respeito à prática do campesinato no Brasil, Oliveira (1996) destaca que esta forma de trabalho também se configura como um modo de vida em que os camponeses vivem daquilo que a terra lhes oferece, a partir da agricultura familiar que é a base da alimentação dos mesmos. Além disso, o autor enumera alguns elementos que caracterizam a produção camponesa: força de trabalho familiar, parceria com outros camponeses, o trabalho acessório, trabalhadores temporários, socialização do camponês,

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

propriedade da terra, propriedade dos meios de produção e, ainda, a flexibilidade da jornada de trabalho.

Já no que se refere a territorialidade camponesa ribeirinha na Amazônia, este é um conceito que abrange as relações de poder e controle sobre um determinado território físico e social habitado por uma população, corresponde a uma espacialidade de luta, resistência, reprodução e organização social, envolvendo, ainda, uma relação de vida, pertencimento e relacionamento com um espaço delimitado, mediatizado pelas relações de trabalho e subsistência em meio a natureza (Costa, 2019).

De acordo com Moraes (2001, p. 77), na planície amazônica os nordestinos seringueiros tiveram que aprender a ser camponeses-ribeirinhos, sob uma condição de penúria, “Cortando seringais, ganhavam pouco, o suficiente, para não morrer de fome”. Para não sucumbirem pela condição de penúria e fome, a população camponesa-ribeirinha da Amazônia passou a desenvolver a agricultura nos solos de várzea e a pescarem nos lagos e rios, à medida que aprendiam e aprimoravam as técnicas indígenas (Barroso, 1988; Nascimento, 2016).

Souza (2005) ressalta que esses mesmos nordestinos seringueiros, diante da necessidade de se adaptar na região, aprenderam o cultivo nos solos amazônicos a partir da convivência e observação agrícola dos índios habitantes no local, passando a cultivar a mandioca e a aperfeiçoar as técnicas do cultivo e da produção da farinha em seu modo de vida campesino. Os seringais de outrora e comunidades camponesa-ribeirinhas inserem-se dentro deste fragmento Histórico-Geográfico da formação das comunidades do rio Juruá, no estado do Amazonas.

No Tocante, a comunidade camponesa-ribeirinha de Santa Catarina no Riozinho da Liberdade, compreende e se articula em toda esta lógica teórica e conceitua trazida na literatura discutida.

Em um cenário de transição e resistência, formou-se o Seringal de Santa Catarina, localizado às margens do Riozinho da Liberdade, um importante afluente do rio Juruá, no município de Ipixuna-AM. Nascido no auge do fluxo migratório de nordestinos que buscavam a promessa de uma vida melhor no “ouro branco”, o látex da seringueira, o lugar testemunhou a dura rotina do aviamento e do isolamento geográfico. No entanto, com a derrocada definitiva do ciclo da borracha, as famílias que ali fincaram raízes ressignificaram aquele espaço de exploração. O antigo seringal deixou de ser apenas um enclave de extração do látex da seringueira e produção de borracha para se constituir em uma comunidade camponesa-ribeirinha, onde o território passou a ser gerido pelas lógicas da autonomia familiar e do manejo comunitário da natureza.

Hoje, os modos de vida desses camponeses-ribeirinhos da comunidade Santa Catarina refletem uma profunda integração com os ciclos hidrológicos da Amazônia. Suas atividades principais dividem-se entre a pesca artesanal nos rios e lagos e uma agricultura dupla: a de várzea, que aproveita os solos férteis renovados pelas cheias sazonais, e a de terra firme, que garante a estabilidade dos roçados ao longo de todo o ano. É nessa terra firme que se concentra a cultura da mandioca, base da sua segurança alimentar. A produção da farinha de mandioca consolidou-se como a principal fonte de renda da comunidade, movimentando as casas de farinha e unindo as famílias em um trabalho tradicional que abastece tanto o consumo interno quanto os mercados urbanos de Ipixuna,

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

no Amazonas, e da vizinha Cruzeiro do Sul, no Acre. A seguir a Figura 1 traz a territorialidade da comunidade Santa Catarina, no Riozinho da Liberdade.

Figura 1 – Comunidade camponesa-ribeirinha de Santa Catarina no Rio Liberdade.



Fonte: A autoria (2023).

Contudo, a inserção dessa produção nos circuitos comerciais urbanos reedita antigas lógicas de subordinação que remontam aos tempos dos seringalistas. A comercialização da farinha é fortemente mediada pela figura dos atravessadores e comerciantes locais, gerando uma dinâmica mercantil desigual e frequentemente injusta. No isolamento do Riozinho da Liberdade, os ribeirinhos veem-se vulneráveis a negociações assimétricas, nas quais o atravessador impõe preços baixos na compra da produção camponesa para, em seguida, revendê-la com altas margens de lucro nos centros urbanos de Ipixuna, Cruzeiro do Sul e até mesmo Manaus. Assim, a despeito da conquista da terra e da autonomia produtiva, a sobrevivência e a reprodução social em Santa Catarina continuam sendo marcadas por uma constante espacialidade de luta contra a exploração econômica e pela valorização do seu trabalho.

A pesca e produção da farinha como fonte de subsistência e renda no modo de vida campesino-ribeirinho

A pesca é uma atividade realizada o ano todo na comunidade camponesa-ribeirinha na Amazônia conforme a sazonalidade do regime hidrológico da região, pois de acordo com a cheia ou a vazante, muda-se os tipos de pesca, bem como as espécies pescadas. A piscosidade dos rios amazônicos, rica em fartura, fornece o alimento necessário à nutrição da população camponesa-ribeirinha, seja em espécies de peixe de escama ou do peixe liso, o ano todo (Nascimento, 2016).

A pesca no modo de vida do camponês(a)-ribeirinho(a) integra o ciclo anual da vida no ecossistema de várzea, de forma a subsidiar as relações de subsistência e renda,

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

além disso, o extrativismo pesqueiro consiste em uma “estratégia de manejo do ribeirinho que tem que seguir o ritmo imposto pela subida e descida sazonal do rio” (Souza, 2010, p. 23).

Nos rios da planície amazônica a labuta da pescaria é uma das atividades que legitima o trabalho, o modo de vida da população camponesa-ribeirinha, pois estes pescam o ano todo, na vazante ou na cheia, com espinhel, tarrafa ou rede de pesca, várias espécies de peixes, como filhote, piraíba, Matrinchã, pacú, entre outros, para prover o sustento, bem como para a comercialização do pescado nas feiras municipais e em outras cidades da região (Moraes, 2001; Cruz, 2007).

Pereira (2021) explica que as diversas técnicas de pesca, seja da armação de rede de pesca, do lanço de tarrafa e arpão, de arrasto, são técnicas de trabalho do extrativismo pesqueiro aperfeiçoadas e passadas de pai para filho e é por meio desta expertise que os mesmos colocam comida na mesa, conseguem ter dignidade e vencer a hostilidade do ecossistema amazônico, graças a fartura da piscosidade dos rios. Witkoski (2006) destaca que a terra, a água, a floresta, todo o ecossistema de igapó, várzea, terra firme, são os ambientes de trabalho do camponês(a)-ribeirinho(a), além disso, a forma da pescaria, do uso dos recursos naturais é consciente, de maneira a conservar e manter a sustentabilidade do pescado, bem como do ecossistema aquático e da floresta nas margens dos cursos d'água.

Em virtude das relações de trabalho e necessidade de renda, pautado na lógica do capital, o extrativismo pesqueiro se tornou uma atividade articulada à cadeia logística comercial, onde o camponês(a)-ribeirinho(a) comercializa o pescado com atravessadores e comerciantes, mas as negociações só favorecem, muitas vezes, o empresário que revende o peixe nos centros urbanos, pois estes compram barato e vendem caro (Cruz, 2007). A Figura 2 ilustra uma atividade de pesca praticada por pescadores na comunidade.

Figura 2 – Atividade pesqueira na comunidade Santa Catarina no Riozinho da Liberdade



Fonte: A autoria (2023).



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

Essa dinâmica de espoliação mercantil adquire contornos ainda mais dramáticos no cotidiano dos pescadores da comunidade Santa Catarina, expondo a face cruel de um circuito comercial profundamente desigual, que não tende a favorecer o trabalho do pescador e todo o custo operacional investido. Ao confrontarem o isolamento geográfico do Riozinho da Liberdade e a perecibilidade de um produto altamente sensível como o peixe, os ribeirinhos veem-se coagidos a se submeter às condições impostas pelos atravessadores e feirantes de Ipixuna.

O valor pago pelo pescado nos barcos-geleiras ou nas feiras é, rotineiramente, aviltante e desproporcional ao esforço empregado. Essa remuneração irrisória mal cobre os custos operacionais básicos da jornada, como o preço abusivo do combustível e do gelo, anulando o tempo e o desgaste físico investidos no manejo dos rios e lagos. Assim, embora a atividade pesqueira na comunidade de Santa Catarina seja um pilar indispensável para garantir a segurança alimentar e abastecer o comércio urbano local, o pescador artesanal permanece na base de uma cadeia que transfere a riqueza de seu trabalho para o intermediário, transformando o que deveria ser subsistência e dignidade em uma constante reprodução da penúria e da vulnerabilidade social. A Figura 3 demonstra o pescado sendo vendido na feira municipal de Ipixuna.

Figura 3 – Peixe comercializado na Feira Municipal de Ipixuna.



Fonte: A autoria (2023).

Conforme Souza (2010), Nascimento (2016) e Neves (2020) a atividade pesqueira em territorialidades camponesas está imbuída na lógica de monopolização do território, exploração do trabalho e espoliação do capital, articulada a égide do capitalismo, onde quem lucra são os detentores do capital, os atravessadores/comerciantes

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

que compram o peixe e revendem nos centros urbanos. Esta é a realidade da comunidade Santa Catarina, no Riozinho da Liberdade.

Os camponeses e camponesas, ribeirinhos e ribeirinhas se submetem a esta realidade devido a uma espécie de cartel e se eles contestarem as negociações, no valor que é imposto pelos comerciantes, não vendem o peixe e não conseguem renda para comprar outros produtos e gêneros necessários as suas necessidades de vida (Cruz, 2007).

Por outro lado, uma outra questão surge. No modo de vida campesino das comunidades ribeirinhas o cultivo da mandioca se faz, em sua grande maioria, em pequenas propriedades privadas familiares e rurais, onde as famílias tem a posse da terra e plantam o seu roçado, colhem e fazem o processo de beneficiamento e produção da farinha, a partir da parceria e ajuda mútua entre famílias, em todas as fases do processo. Deve-se destacar, que as mulheres têm um papel significativo em toda produção da farinha, desde o cultivo da terra até o beneficiamento e torragem, trabalhando e ajudando seus maridos e filhos (Freitas et al., 2011; Reis, 2018).

A produção da farinha de mandioca além de garantir a alimentação dos camponeses(as) ribeirinhos é geradora de fonte de renda, pois o excedente é comercializado na cidade local e até mesmo regionais. Conforme explicam Freitas *et al.* (2011) e Silva *et al.* (2023) a importância da farinha de mandioca para a agricultura familiar e muito grande, pois é alimento essencial em diversos pratos regionais, mas também é fonte de renda para o camponês(a), sobrevivente da agricultura familiar.

Assim, a pesca, a agricultura familiar e a produção da farinha são as principais atividades econômica dos camponeses(as)-ribeirinhos(as) da comunidade Santa Catarina, onde essas atividades são a principal forma de obtenção de renda das famílias da comunidade. É por meio do agroextrativismo que estes tiram o sustento e renda para viverem dignamente. No entanto, precisam resistir a uma lógica comercial que usurpa o esforço de trabalho, o tempo dedicado, bem como o lucro que estes camponeses deveriam adquirir, caso as negociações fossem justas.

A produção da farinha de mandioca, bem como a venda desta pelos camponeses também não foge à lógica da espoliação pelo capital. Os camponeses-ribeirinhos da comunidade Santa Catarina, no Riozinho da Liberdade, negociam a venda das sacas de farinha com atravessadores/comerciantes, que da mesma forma do pescado, tentam comprar a valores bem a baixo do valor de mercado e revenderem caro nos comércios de Ipixuna, de Cruzeiro do Sul e até mesmo de Manaus.

Conforme falas e narrativas de moradores da comunidade Santa Catarina, se não for favorável aos comerciantes, eles não compram e, assim, todo o esforço de plantar, colher e escoar o produto para Ipixuna, serve apenas para manter a condição socioeconômica, subsistencial destes camponeses-ribeirinhos, que utilizam do dinheiro obtido com a venda de sua produção apenas para comprar alguns produtos necessários na cidade e se preparar para a labuta do próximo ciclo de plantio. Na realidade, o que muitos camponeses-ribeirinhos da comunidade em questão relataram é que todo o esforço e trabalho só servem para os comerciantes lucrarem mais, pois enquanto uma saca de farinha de 70 Kg é vendida pelo camponês por R\$180 ou R\$200 reais aos comerciantes de Ipixuna e de Cruzeiro do Sul, estes revendem um saco da farinha de 01 Kg a R\$10,00 ou R\$15 e faturam de R\$700 ou R\$1050, respectivamente. É uma disparidade de valores

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

enorme. O camponês-ribeirinho trabalha e quem logra êxito com o lucro é o atravessador e/ou comerciante que revende nos centros comerciais.

Esta é uma forma de os grupos detentores do capital estabelecerem domínio sobre a força de trabalho, da produção e da territorialidade camponesa-ribeirinha sem, no entanto, territorializar, ter a posse ou controle dos meios de produção (Paulino, 2006; Oliveira, 2007; Cruz, 2007). Na verdade, hoje a lógica espoliadora do capital não precisa mais ter o controle dos meios de produção ou proletarizar o camponês. Há a utilização de outros mecanismos para isso, como, por exemplo, comprar a produção camponesa a preços ínfimos e revender a valores abusivos.

Grande parte da farinha que é produzida na comunidade Santa Catarina é transportada em balsas para Manaus e segue a mesma lógica: quem lucra com isso é o comerciante Manauara. No ano de 2018, apenas em um único transporte realizado no mês de abril, 52 toneladas de farinha de mandioca foram escoadas de Ipixuna para Manaus. De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM:

Os extensionistas da unidade local do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), de Ipixuna acompanharam o escoamento de 52 toneladas de farinha de mandioca, na segunda feira passada, dia 16 de abril de 2018, produzidas pelos agricultores das comunidades Santa Catarina, Forte da Graça/Rio Liberdade, localidade Curú e Paranã da Pesqueira (IDAM, 2018).

Apesar das ações promovidas pelo IDAM, como assistência técnica e incentivo ao crédito rural, o impacto econômico na comunidade é limitado. Isso ocorre porque o escoamento da farinha de mandioca para Manaus beneficia majoritariamente os comerciantes intermediários, que impõem altas margens de lucro, em detrimento dos produtores locais. Essa disparidade é ainda mais grave considerando que o cultivo da mandioca é a principal atividade agrícola dessas comunidades camponesas-ribeirinhas, cuja produção já possui mercado garantido na capital. A Figura 4 ilustra a produção da farinha embarcada com destino de Ipixuna para Manaus.

Figura 4 – Produção da farinha embarcada com destino a Manaus.



Fonte: IDAM de Ipixuna (2018).

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

Em suma, a dinâmica socioprodutiva da comunidade Santa Catarina revela um profundo paradoxo entre a riqueza do modo de vida camponês-ribeirinho e a sua submissão à lógica espoliadora do capital. Se, por um lado, a mandiocultura e o agroextrativismo, sustentados pelo trabalho familiar comunitário e pelo protagonismo feminino, garantem a segurança alimentar e a reprodução social desse grupo, por outro, a comercialização da produção expõe esses sujeitos a uma severa transferência de valor. Os dados de escoamento monitorados pelo IDAM ilustram o vigor dessa produção voltada para os grandes centros, mas evidenciam também que os mecanismos institucionais de fomento e crédito rural tornam-se insuficientes diante do controle exercido pelos atravessadores. Assim, sem que o capital precise expropriar formalmente a posse da terra ou dos meios de produção, o domínio sobre o território se consolida de forma indireta por meio de relações comerciais injustas, perpetuando uma assimetria econômica onde o esforço da labuta ribeirinha permanece subordinado ao enriquecimento e ao lucro dos intermediários urbanos.

A agricultura familiar camponesa *versus* a agricultura capitalista

A agricultura camponesa juntamente com a pesca é o que propicia o sustento dos camponeses e camponesas ribeirinhos da Amazônia ano após ano. Nas várzeas dos rios estes ribeirinhos, a cada cheia que renova a fertilidade dos solos aluviais com os húmus trazidos pelos rios, renovam a esperança para viver outro ciclo de plantio, iniciando o cultivo do solo, conforme a chegada da estiagem (Oliveira, 1996; Cruz, 1999; 2007).

Oliveira (1996) esclarece ainda que a agricultura familiar camponesa é aquela que se caracteriza pela produção voltada para o consumo familiar e para a subsistência, com mão de obra intensiva a partir de técnicas tradicionais e baseada na relação harmoniosa com a terra, e explica que no modo de vida do camponês(a)-ribeirinho(a) a agricultura corresponde a uma relação direta desta classe social com a terra e o ciclo hidrológico, pois trabalhando, plantando, cultivando na várzea estes conseguem estabilidade alimentar.

Fraxe, Witkoski e Pereira (2007; 2011) explicam que nas comunidades ribeirinhas amazônicas a agricultura familiar é uma atividade de subsistência que ocorre no período da vazante dos rios, sendo uma atividade de produção que envolve uma relação de intimidade com o ciclo agrícola, das chuvas, da cheia e vazante, pois a partir do conhecimento empírico adquirido, os camponeses(as)-ribeirinhos(as) sabem em que período plantar, se o solo está saudável, quantas manivas de mandioca devem ser plantadas para produção da farinha, além de toda esse ciclo produtivo ser comandado por uma relação de trabalho familiar.

No entanto, Cruz (2007) assevera que esta territorialidade do campesinato que no passado era apenas para subsistência, hoje está imbuído na lógica de produção capitalista, onde comerciantes fazem os camponeses(as) de proletários, monopolizam o território e obtêm lucros vultosos em detrimento do trabalho do camponês, forçando formas de resistência para que estes consigam viver dignamente em suas territorialidades.

A comercialização da farinha por sua vez é a principal forma de obtenção de renda para os camponeses e camponesas da Amazônia, em especial da comunidade Santa

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

Catarina, conseguirem comprar mantimentos, estivas, eletrodomésticos, medicamentos, produtos provenientes da produção industrial, articulada ao meio técnico-científico e informacional e difundidas pelo processo de globalização (Santos, 2014). No entanto, a lógica de produção capitalista não favorece o camponês(a) e sim os sujeitos que detêm o poder do capital e podem lucrar com a revenda do produto, espoliando o trabalho do camponês(a)-ribeirinho(a) (Cruz, 2007; Nascimento, 2016).

Paulino (2006) e Oliveira (2007) esclarecem que os camponeses fazem parte de uma lógica bastante distinta, uma vez que não é a acumulação capitalista que os move, pois, apesar da vinculação ao mercado, uma das características marcantes da unidade camponesa constitui-se na cultura do excedente, a qual privilegia a produção de alimentos básicos, sendo em alguns casos esta produção definida como “cultura de pobre”.

Embora o trabalhador(a) camponês(a) não trabalhe visando a acumulação de capital, ele necessita de recursos financeiros, renda, para conseguir viver, pois nem só de farinha vive o camponês(a), precisa de outros produtos. No entanto, quando o capitalista se apropria da terra camponesa, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio, é o que acontece quando comerciantes exploram nas negociações do excedente da produção camponesa, espoliam o trabalho e o lucro que o camponês deveria adquirir e ter qualidade de vida (Martis, 1980).

Para Oliveira (2007, p. 41), “*a força de trabalho familiar* – é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa; a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo”. No entanto, Oliveira (2007) assevera que a realidade de trabalho e vida do camponês(a) também é imersa em conflitos, explorações, esbulho, decepções, que fazem com que estes trabalhem apenas para sobreviver. E ainda Martins (2008) destaca que a agricultura familiar camponesa enfrenta desafios como a falta de recursos, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, além da espoliação do capital, mas a luta em manter a territorialidade simboliza uma forma de resistência frente a lógica do capital.

Na atualidade, a territorialidade dos camponeses(as) ribeirinhos(as) da comunidade Santa Catarina têm a sobrevivência garantida por meio das atividades do extrativismo pesqueiro e da agricultura de várzea, cuja principal produção é a da farinha de mandioca que é escoado juntamente com o pescado para as cidades de Ipixuna-AM, Cruzeiro do Sul-AC e Manaus-AM. Contudo, o que estes camponeses recebem, às vezes mal cobre as despesas. Nesta perspectiva, o campesinato ribeirinho no rio Juruá é uma forma de (re)existência nas encostas do rio, em que pelo estabelecimento da relação homem-natureza, a partir do processo de cultivo dos solos e do extrativismo pesqueiro, a população camponesa-ribeirinha busca estabelecer o seu modo de vida, o seu hábito alimentar, a sua existência em sua territorialidade, lutando e resistindo aos desafios do trabalho e da espoliação do capital.

Considerações finais

O estudo da comunidade Santa Catarina, no Riozinho da Liberdade, em Ipixuna-AM, permitiu desvelar a complexa relação entre a territorialidade camponesa-ribeirinha e o modo de produção capitalista na Amazônia profunda. Como resposta ao problema central de pesquisa, constatou-se que a inserção da produção local nos circuitos de

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

mercado não se dá pela expropriação direta da terra ou dos meios de produção, mas sim pela subordinação comercial e pela espoliação do valor do trabalho camponês. Os grupos detentores do capital estabelecem domínio sobre a força produtiva regional através de mecanismos indiretos, apropriando-se de forma assimétrica do excedente gerado pelas famílias ribeirinhas.

Os objetivos delineados para este estudo foram, de certa forma, alcançados. O objetivo geral foi atingido ao analisar as contradições da dinâmica capitalista sobre a territorialidade tradicional, demonstrando como espaços de vida são tensionados para se tornarem espaços de negócios. Da mesma forma, os objetivos específicos foram cumpridos à medida que a pesquisa de campo e a fundamentação teórica desvelaram a sazonalidade que rege o extrativismo e a agricultura de várzea, identificaram as logísticas de comercialização e descortinaram as estratégias de resistência socioeconômica adotadas pelas famílias frente à dependência dos intermediários.

A síntese dos resultados obtidos evidencia um profundo paradoxo regional. Por um lado, o modo de vida camponês-ribeirinho se mostra vigoroso, autônomo e sustentável, estruturado na ajuda mútua familiar, na exploração consciente dos recursos naturais e no marcante protagonismo das mulheres na mandiocultura. Por outro lado, tanto a cadeia do pescado quanto a da farinha de mandioca encontram-se aprisionadas por redes de atravessadores. Esses agentes comerciais valem-se do isolamento geográfico e da perecibilidade dos produtos para impor preços irrisórios aos produtores, revendendo as mercadorias com margens abusivas de lucro nos centros urbanos. O esforço e o tempo dedicados à labuta pelos camponeses servem, portanto, para subsidiar o enriquecimento do capital comercial, restando à comunidade recursos apenas para a manutenção de sua subsistência e a preparação para o próximo ciclo produtivo.

Em termos de contribuição científica, a pesquisa oferece um olhar empírico e crítico para a Geografia Agrária ao documentar uma realidade geográfica longínqua e frequentemente invisibilizada pelas discussões hegemônicas. O trabalho avança teoricamente ao aplicar o método histórico-crítico e dialético para demonstrar como o capitalismo contemporâneo se reproduz na Amazônia sem a necessidade de proletarianizar formalmente o camponês, mas controlando os fluxos comerciais de sua produção. No campo prático, o estudo expõe a urgência de intervenções estruturais que quebrem os cartéis comerciais e assegurem preços justos para o produtor tradicional.

As principais limitações deste estudo concentram-se no recorte geográfico e nas barreiras logísticas de acesso, que restringiram a coleta de dados primários a um afluente específico do Rio Juruá durante recortes temporais determinados. Em virtude do isolamento e das dificuldades de transporte na região, não foi possível estender a mesma intensidade de observação direta a outras comunidades adjacentes que compartilham a mesma calha fluvial.

Para perspectivas futuras, recomenda-se a realização de estudos comparativos entre diferentes afluentes da calha do Juruá, investigando se a lógica da espoliação por atravessadores se repete com a mesma intensidade em áreas com maior ou menor proximidade dos centros urbanos. Sugere-se, também, o desenvolvimento de pesquisas focadas na viabilidade econômica de cooperativas agroextrativistas geridas pelos próprios ribeirinhos e no impacto que a criação de feiras diretas do produtor poderia causar na

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

redistribuição da renda local, servindo de subsídio para a formulação de políticas públicas governamentais voltadas à soberania e dignidade dessas populações.

Referências

AMAZONAS. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM). **Idam de Ipixuna acompanha escoamento de 52 toneladas de farinha de mandioca**. IDAM: Unidades Locais, 17 abr. 2018. Disponível em: <https://www.idam.am.gov.br/idam-de-ipixuna-acompanha-escoamento-de-52-toneladas-de-farinha-de-mandioca/>. Acesso em: 11 jun. 2026.

BARROSO, Varcy Herculano. **Sentimento Poético**. Manaus-Amazonas, 1988.

CHAYANOV, Alexander Von. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONCEIÇÃO, F. S. **A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra/Pará**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - PPGG/Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho-RO, 2017. 225 f.

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. **Territórios agrihidroflorestais em disputas nas Amazônia do Oeste do Pará: (re)existências dos povos amazônicos das terras-águas-florestas e a invasão do agronegócio**. 2023. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2023.

COSTA, Bartolomeu Lima da. **Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial**. – Rio Branco: Edufac, 2019.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Caboclos-ribeirinhos da Amazônia: um estudo da produção camponesa no município de Careiro da Várzea-AM**. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1999.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 2007. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Homens Anfíbios: uma etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume, 2000.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos (Org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. – Manaus: EDUA, 2007.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos (Org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: memória, ethos e identidade**. – Manaus: Reggo Edições, 2011.

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

FREITAS, César Gomes de; FARIAS, Cleilton Sampaio de. A Produção Camponesa de Farinha de Mandioca na Amazônia Sul Ocidental. **B.goiano.geogr.** Goiânia, v. 31, n. 2, p. 29-42, jul./dez. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** – 4. ed. ver. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2001.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera.** São Paulo, v. 11, n. 12, p. 57-67, 2008. MORAES, Antonio Carlos; COSTA, Wanderley Messias da (Orgs.). **Geografia crítica: a valorização do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1984. p. 26-34.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo: Contexto, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias Da. **A valorização do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, Raymundo. **Na planície Amazônica.** 8ª ed. Manaus: Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

NASCIMENTO, Dilson Gomes. **Entre a terra e água: modo de vida camponês no médio rio Amazonas, Parintins-AM.** 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus 2016.

NEVES, Jonathas Laborda. **A Produção Da Natureza Sob A Perspectiva Do Modo De Vida Camponês Na Vila Do Jacaré – Manacapuru – Amazonas – Brasil.** 2020. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos.** Campinas – São Paulo: Papyrus, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: Unesp. 2006.

PEREIRA, Francisca Maria Rodrigues. **Entre rios e lagos: a pesca do lanço e suas territorialidades, Manacapuru-AM.** 2021. 93 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus 2021.



ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1676404

REIS, Denner Vieira. **Produção de Farinha de Mandioca na Comunidade de Pedras-Am.** 2018. 44 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado do Amazonas, Parintins, 2018.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. – 4. ed. 8. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SHANIN, Theodor. **A definição de camponês:** conceituações e desconceituações. Estudos CEBRAP, nº. 26, editora Vozes, 1980.

SILVA, Michele Lins Aracaty; SOARES, Marlene de Almeida. A importância da farinha de mandioca para a agricultura familiar e para o desenvolvimento regional local. **Studies in Social Sciences Review**, Curitiba, v.4, n.1, p. 25-55, 2023.

SOUZA, Antonio Carlos Batista de. **Sítios na Várzea do Baixo Rio Solimões:** rupturas e adaptações na Costa do Pesqueiro – Município de Manacapuru-AM. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus 2010.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre:** novos temas, novas abordagens. Rio Branco, Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2005.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2002.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terra, floresta e água:** os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Edua, 2006.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos, à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e ao Laboratório de Geografia Humana (LAGEHU).